

O lugar da cadeia produtiva da maçã no cenário global e local: percepções a partir de uma cidade no sul do Brasil¹**The place of the apple production chain in the global and local scenario: perceptions from a city in southern Brazil**

DOI:10.34117/bjdv5n8-007

Recebimento dos originais: 14/07/2019

Aceitação para publicação: 12/08/2019

Graziela da Silva Motta

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - Campus Frederico Westphalen.

Doutoranda em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Endereço: IFFar - Br 386 - Linha 7 de setembro, Interior, Frederico Westphalen-RS.

E-mail: graziela.motta@iffarroupilha.edu.br

Daiane da Silva Motta

graduanda em Agronomia pela Universidade de Caxias do Sul - Campus Vacaria.

Rua: Felipe dos Santos, 313, Bairro Imperial. Vacaria/RS. Cep. 95200-528

E-mail: daianesmtt@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a cadeia produtiva de maçãs e sua relação com trabalhadores em seu contexto local. Tem-se como centro de análise uma cidade no interior do sul do Brasil, onde se fixaram as grandes empresas produtoras da fruta, além de ser um local de alto fluxo migratório de trabalhadores trazidos de diversos lugares do Brasil, como indígenas e imigrantes haitianos. Em termos teóricos, se abordará os estudos de cadeias de valor que dão origem a noção de cadeias globais de valor representados por autores como Porter, Gereffi, entre outros, para conduzir uma visão mais macro dos fenômenos produtivos em escala global. Por conseguinte, a perspectiva micro-sociológica sobre produções de frutos frescos é representadas por autoras como Josefa Salete Cavalcanti e Mônica Bedini. Com isso, observa-se que a cadeia produtiva da maçã é organizada verticalmente, isto é, uma mesma empresa geralmente comporta desde a produção de mudas até a venda do produto final, seja a maçã in natura ou os “refugos” para a indústria. Contrariamente a tendência das Cadeias Globais de Valor que desmembram suas atividades de cadeias em caixas pretas e as lançam para países que oferecem menor custo de produção, a cadeia de produção de maçãs atrai – compulsoriamente ou não – aquilo que lhe ofertaria menor custo de produção: trabalho temporário de baixo custo de trabalhadores indígenas.

Palavras – chave: cadeia global de valor, maçãs, trabalho indígena

ABSTRACT

¹ Esta pesquisa contou com o apoio Programa Institucional de Incentivo à *Qualificação* Profissional dos servidores do IFFar em 2016/2.

The objective of this paper is to analyze the apple production chain and its relation to harvest laborers in their local contexts. The focus of our analysis is a city in the countryside of Brazil, where major companies that produce the fruit have settled and to where many laborers from different places in Brazil migrate during the harvest period. From a theoretical point of view, on the one hand, we place ourselves in the field of agroindustrial systems studies, as developed by Decio Zylbersztajn, and in the field of global value chains studies, as discussed by authors such as Porter, Gereffi, among others, in an effort to develop a macro view of production phenomena in global scale. On the other hand, from a micro-sociological point of view, we refer to studies about fresh fruit production, penned by Josefa Salete Cavalcanti and Monica Benini. Consequentially, we observe that the apple production chain is organized vertically, which means that one same company, in general, deals with everything from the production of apple tree seedlings to the sales of the final products, whether that is apples *in natura* to the consumer market or degraded apples to the industry of juices *etc.* This is unusual in global value chains, which tend to break their activities up in “black boxes” that are sent away to be carried out in different countries, where the lowest costs of production are offered. However, the apple production chain attracts what guarantees the lowest costs of production: low-cost labor from subjects such as indigenous peoples migrant workers.

Keywords: global global value chain, apples, indigenous labor

1 INTRODUÇÃO

O aumento da produtividade agrícola se intensificou no Brasil a partir da década de 1970. Inicialmente, os incentivos governamentais incidiram sobre produtos como a cana de açúcar e a soja, mas também, nesta época, se iniciava a produção de maçãs nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Embora a maçã não esteja entre os produtos de maior destaque dentro do quadro de mercadorias mais produzidas e exportadas do Brasil, é de grande importância observar os impactos e as mudanças causadas por essa atividade produtiva no cenário local, uma vez que se evidencia a relação entre o global e o local, ou seja, o êxito de grandes empresas estimuladas pelo agronegócio e os sujeitos que estão na base da produtividade.

Este artigo apresenta resultados que se desdobraram de uma pesquisa de doutorado em andamento. O objetivo deste trabalho é compreender os impactos locais de uma produção frutícola que visa o mercado global, privilegiando o mundo do trabalho para análise. Dito de outra forma, este artigo trata de como a cadeia produtiva de maçãs se organizou até assumir sua versão atual de mercado importador à mercado importador e exportador, bem como dos esforços despendidos pelo poder público em torno de seu funcionamento, além do lugar dos trabalhadores que são trazidos para a fase de colheita da fruta. Isso tudo impactando no cenário regional, uma vez que se mobilizam setores de segurança e saúde pública, bem como órgãos de fiscalização do trabalho em torno de um setor produtivo.

2 CADEIAS (GLOBAIS) DE VALOR: UMA PROMESSA DE INTEGRAÇÃO GLOBAL A FAVOR DO MERCADO

A globalização econômica traz consigo o fenômeno das cadeias globais de valor (CGVs) pautado na interconexão das economias dos Estados-nação. Este conceito é relativamente recente nos estudos de comércio internacional, principalmente após a crise financeira de 2007/2008, e, atualmente, pesquisadores da área estão preocupados em como inserir o Brasil nessa nova configuração de produção em escala global.

A discussão sobre as CGVs deriva do debate sobre o papel da globalização na chamada reestruturação produtiva. Por isso, autores e autoras se dedicam a pensar sobre o desenvolvimento institucional e a boa governança das firmas para se atingir “os preços certos” e “incentivos adequados”, ou seja, o foco das análises está nas novas formas de produção de mercadorias com o intuito de aumentar taxas de lucro. Nesse sentido, o desafio apresentado é o de analisar os limites e as possibilidades que a modernização econômica oferece aos países em desenvolvimento (Raikes, Jensen & Ponte, 2000).

Para Baumann (2015), a divisão internacional da produção se refere, basicamente, a uma parceria entre Estados, em que um deles opera como fornecedor de matéria prima, outro como transformador desse produto primário e de um terceiro Estado que irá absorver, enquanto consumidor, esses produtos finalizados. Esse novo aspecto produtivo teve como força propulsora as mesmas que possibilitaram o fenômeno da globalização: as novas tecnologias de informação e comunicação, os custos de transporte mais acessíveis e a abertura dos mercados em uma lógica de liberalização econômica (Oliveira, 2015, Markwald, 2013).

O fenômeno da nova divisão global da produção parte do pressuposto de que empresas que definem fluxos comerciais e tecnológicos em escala global orientam estratégias que tomam o planeta como uma local de exploração. Os Estados-nação são vistos como instituições jurídicas, econômicas e culturais, ao mesmo tempo em que as empresas estão inclinadas a obedecer a uma lógica financeira que privilegia a agregação de valor ao produto final. Nesse sentido, as cadeias globais de valor interferem na geografia que envolve cadeias produtivas a fim de gerar valor em forma de renda (Scherer, 2014) e aproveitar as vantagens comparativas entre os Estados (Markwald, 2013).

Em outras palavras, a globalização da produção pode ser compreendida “como um processo de internacionalização, fragmentação e dispersão geográfica das atividades

produtivas, ou dos vários estágios da produção ao longo da cadeia produtiva de bens e serviços, somada a uma profunda integração funcional entre esses fragmentos” (Oliveira, 2015, p. 54). Nesse sentido, os processos de fragmentação e de dispersão geográfica da produção configuram a base das cadeias globais de valor, pois vão além do comércio internacional, tornando-se sistemas econômicos integrados globalmente. O termo “global” inserido no conceito de cadeias de valor indica a fragmentação da produção, em que as etapas de produção estão dispersas em diversos lugares do planeta. O objetivo da fragmentação é o de gerar lucro ao longo das fases que envolvem a produção (Scherer, 2014).

Segundo Araujo (2013) a análise do fenômeno da fragmentação se inicia com a publicação de um texto de Ronald Coase em 1937, intitulado “*The nature of the firm*”. Neste texto, Coase (1937) define como as firmas deveriam determinar o seu tamanho, ou seja, que elos de uma cadeia produtiva a firma deveria compreender em seu interior (todas as fases ou somente algumas?), além de se questionar “por que existe uma firma?”. Para isso, a firma deveria observar a relação entre os custos de produção e os custos de transação, em que “custos de transação” foi uma noção trazida pelo artigo clássico de Coase. Nesse sentido, visando à obtenção de lucros, a firma deveria focar nas atividades em que ela fosse mais eficiente do que as outras firmas. Já as demais atividades que não gerassem lucro, a firma deveria terceirizar, geralmente são bens e serviços utilizados em sua produção, definindo, assim, o grau de integração vertical da firma (Coase, 1937, Araujo, 2013).

Nesse sentido, no momento em que os custos de transação se tornam mais baixos na economia, fato que vem ocorrendo nas últimas décadas (Araujo, 2013), o processo de fragmentação da produção em países distintos se beneficia. Isso tudo por causa da eficácia dos controles a longa distância que se tornaram mais efetivos com a intensificação dos sistemas de informação. Contudo, existe uma vantagem e um obstáculo no exercício da fragmentação da produção. A vantagem encontrada em fragmentar a produção e distribuí-la em torno de outros países, no ponto de vista empresarial, é a diferença salarial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (Oliveira, 2015). O obstáculo é o de que barreiras comerciais e os custos de transporte são elementos especiais dentro dos custos de transação (Araujo, 2013). Assim, se os custos de transporte forem altos, pois o transporte depende de uma infraestrutura eficiente proporcionada pelo investimento dos Estados, o valor da mão de obra deve ser muito baixo para que se extraia vantagem na fragmentação da produção. Nessa lógica, o trabalho precarizado é extremamente útil na intensificação da geração de lucros.

A seguir, a subseção se dedica a refletir sobre o lugar que o Brasil ocupa dentro dessa lógica produtiva em escala global, uma vez que é necessário a mobilização de diversos agentes em prol do mercado.

2.1 POSSIBILIDADES E LIMITES DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR E O CASO BRASILEIRO

A revista brasileira de comércio exterior (RBCE) publicou no ano de 2013 uma edição sobre as cadeias globais de valor, em que autores problematizaram a situação do Brasil dentro desta “nova tendência” de produção de mercadorias. Dentro dessa discussão, foi possível destacar algumas informações que permite pensar o caso brasileiro dentro das cadeias globais de valor, bem como os de países latinos.

Um primeiro ponto a ser destacado é o de que os autores enxergam vantagens no fato de que países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, poderiam se especializar em “aspectos específicos de produção” em vez de comportar todos os setores de uma cadeia produtiva (Sturgeon, Gereffi, Guinn & Zylberberg, 2013, p. 27, Estevadeordal, Blyde & Suominen, 2013). Os defensores dessa perspectiva ainda argumentam que as CGVs podem fornecer às empresas um melhor acesso à informação, ampliando oportunidades na abertura de novos mercados e aprendizagens.

Ao mesmo tempo em que se defende a formação de cadeias globais de valor, bem como a inserção dos países nela, se defende a liberalização econômica como fenômeno inevitável, ou seja, um caminho a ser seguido em busca do desenvolvimento. Dessa maneira, para os Estados-nação se integrarem às cadeias globais de valor, eles deveriam abrir mão de investir em tecnologia de processamento de matéria prima, ao passo que adequariam suas políticas econômicas a uma abertura comercial sem restrições. Isso significa dizer que as cadeias globais de valor nada mais são do que “unidades de produção e de acumulação de poder econômico e político, dada a forma como articulam e mobilizam instituições multilaterais, governos e fornecedores em torno de seus objetivos” (Scherer, 2014, p. 87). Em suma, esse modelo produtivo só seria capaz de prosperar mediante a liberalização comercial dos Estados (Oliveira, 2015).

Isso fica bastante evidente quando Sturgeon, Gereffi, Guinn & Zylberberg (2013) exaltam a economia mexicana que passou a participar dos mercados dos Estados Unidos, afirmando que “um dos principais elementos do sucesso mexicano é um elevado grau de abertura comercial – o México tem acordos de livre comércio com 44 países, o que é mais do que o dobro da China e quatro vezes mais que o Brasil” (p. 31). Dessa maneira, esses autores

defendem que o Brasil pode seguir o exemplo mexicano e “até mesmo fazer melhor” (2013, p. 31). O que o Brasil necessitaria para isso é modificar suas políticas industriais, em um primeiro momento, para que fosse viável se especializar em poucas atividades de uma cadeia de valor, pois

políticas para manter os importados ao lado de ‘fora’ e a produção interna ‘dentro’ são autodestrutivas, restringindo o acesso aos bens intermediários mais eficientes para a produção de exportação, minando oportunidades para absorver tecnologias estrangeiras e prejudicando a participação nas CGVs (Estevadeordal, Blyde & Suominen, 2013, p. 22)

Atualmente, o Brasil possui um perfil de exportação de produtos primários, com baixo teor de processamento, tendo como principal país receptor de seus insumos a China, dada a sua posição no grupo dos Bric. Embora as relações comerciais com a China tenham aumentando nesta última década, Sturgeon, Gereffi, Guinn & Zylberberg (2013) se preocupam com o fato de os principais produtos de exportação sejam bens primários pouco variados (minério do ferro e soja) e, também, porque se trata de um pequeno número de empresas exportadoras. Assim sendo, o perfil brasileiro se concentra na saída de bens primários e na entrada de produtos altamente tecnológicos oriundos dos países do norte global (Sturgeon, Gereffi, Guinn & Zylberberg, 2013).

Outro ponto a ser destacado se trata das configurações das CGVs existentes no mundo hoje. As principais CGVs encontram-se na Ásia, na América do Norte e na Europa (Markwald, 2013). Nesse sentido, esse caráter de regionalização evidencia os altos custos de transação que envolve transporte e políticas comerciais, principalmente quando se pensa a participação do Brasil nestas CGVs específicas (Estevadeordal, Blyde & Suominen, 2013). Por conta disso, muitos países latinos e africanos ficam marginalizados perante o modelo de produção global. Isso pode ser observado quando Sturgeon, Gereffi, Guinn & Zylberberg (2013, p. 33) afirmam que

há evidências consideráveis de que os maiores lucros [das CGVs] reverterem, por um lado, para as ‘empresas líderes’ na cadeia de valor que controlam a marca e a concepção do produto (...) e por outro, para os ‘líderes de plataformas’ que fornecem tecnologias de núcleo e componentes avançados.

Nessa perspectiva, fornecedores de serviços mais simples tendem a receber menos, restringindo sua autonomia para se desenvolverem.

Além disso, é importante destacar o papel que a força de trabalho ocupa dentro da discussão sobre CGVs, assunto tratado de maneira implícita nessa literatura, destituído de

análise. A ideia principal das CGVs é desmembrar os processos de produção em “caixas”, realocando em lugares distintos (em outros países), desde que os custos finais de produção compensem os custos adicionais de fragmentação, como o de transporte, por exemplo. As vantagens comparativas encontradas no processo de fragmentação dizem respeito aos “preços dos fatores de produção entre os países” (Estevadeordal, Blyde & Suominen, 2013; p. 09). Estas, por sua vez, devem compensar o alto custo de transporte (Araujo, 2013) se os países latinos desejam incorporar as CGVs que estão localizadas em continentes diferentes. E mesmo que países da América Latina desejassem criar suas próprias CGVs, persiste o mesmo problema geográfico.

Nessa lógica, fica evidente que a desvalorização do trabalho e dos trabalhadores se torna uma vantagem comparativa. Tratado como um componente do “custo de produção” de uma mercadoria, a variação entre os custos de produção de uma mesma mercadoria implica na valorização do trabalho, que também é tratado como uma mercadoria. Isso tem a ver com as políticas trabalhistas adotadas pelos Estados que têm o poder de precarizar abertamente ou valorizar os direitos do trabalhador. No entanto, é possível verificar diversos tipos de condições de trabalho em um mesmo Estado, por isso a importância de pesquisas empíricas sobre cadeias produtivas para a compreensão dessa dinâmica estrutural do capitalismo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa e utilizou o método Snowball Sampling ou Amostragem em cadeia por referência para a geração dos dados (Biernarcki & Waldorf, 1981). Trata-se da formação de uma cadeia de informantes por meio de indicações. Este método se dedica a gerar dados sobre questões mais delicadas, pois inicialmente era utilizado na área de saúde, com sujeitos que apresentavam algum tipo de estigma e, por isso, se encontravam no anonimato. No caso desta pesquisa, era necessário encontrar pessoas bem informadas para abordar diversos aspectos: trabalhos informais, dinâmica da cadeia produtiva, entre outros.

Ao todo, foram realizadas 41 entrevistas gravadas e não gravadas com trabalhadores (indígenas e não indígenas), pequenos e médios produtores, empresários, trabalhadores de escritório, servidores públicos políticos e estatutários, membros de organização classista, Conselho Indigenista Missionário, representantes da FUNAI, empreiteiros e recrutadores de trabalhadores. Foi recolhido diversos materiais sem tratamento analítico como fotografias, notícias de jornal, denúncias ao Ministério Público do Trabalho, inquéritos policiais, entre

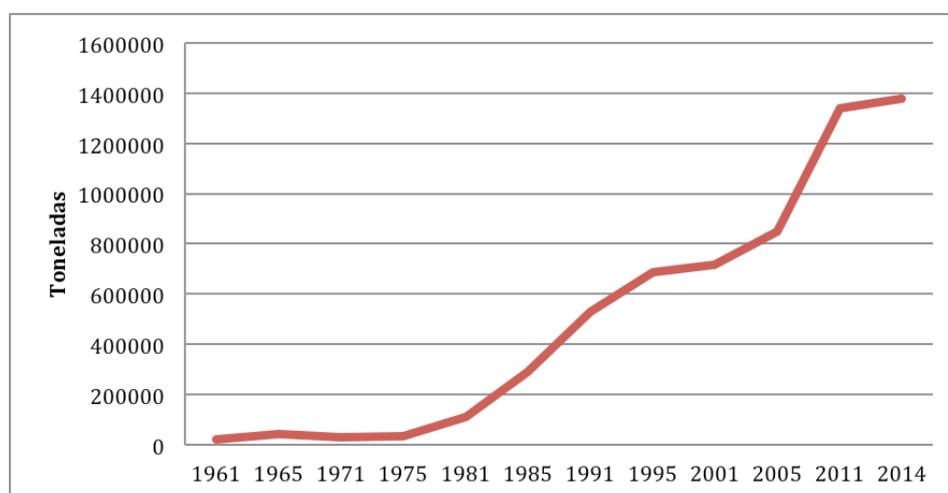
outros. E, também, diversas conversas informais foram realizadas. Os lugares visitados para a realização da pesquisa foram a cidade de Vacaria/RS, local onde podemos observar os parques de industrialização e os pomares. Esta cidade foi escolhida por ser mais acessível a entrada em campo, por conta de nós termos conhecimento prévio das pessoas que atuam neste ramo produtivo. Mas foi necessário visitar outras cidades no estado do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, para se ter acesso aos trabalhadores. Por conta disso, devido a quantidade de material, nem todos os dados gerados estarão contemplados por este artigo.

4 A PRODUÇÃO DE MAÇÃS

A produção de maçãs no Brasil teve início em meados da década de 1970, quando aproveitou a larga concessão de créditos agrícolas pelo regime civil militar que tinha por objetivo “modernizar” a agricultura brasileira por meio de insumos, maquinários e agrotóxicos (Silva, 1981). Neste rol de concessões de créditos, havia a possibilidade de se abater parte do imposto de renda caso empreendedores se dedicassem ao reflorestamento. Os precursores da pomicultura na época conseguiram incluir a macieira como árvore de reflorestamento e se beneficiar dos descontos concedidos no imposto de renda, além de lucrar com o novo empreendimento (Mazon & Silva, 2017).

De 1961 ao final dos anos 1970, a produção brasileira teve baixo crescimento, girando em torno de 19.962t em 1961 e 69.099t em 1979. No entanto, de 1980 a 2014, a produção de maçãs foi de 83.038t para 1.378.617t, saindo da 40ª posição no ranking mundial para o 11º lugar em 2014, ou seja, de 1961 a 2014 houve um crescimento de 6.806%. O gráfico a seguir demonstra essa variação.

Gráfico 1 – Produção de maçãs no Brasil (1961-2014)



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados da FAO, 2017.

Desde então, esta atividade frutícola vem se modernizando para se dedicar a uma produção em larga escala, visando o mercado externo. Embora a produção de maçãs no Brasil não seja tão expressiva quantitativamente quando comparada à produção de soja, de cana ou de laranja, é de grande importância para compreender dinâmicas que interligam capital e trabalho em contextos locais, mas com exigências globais.

Como Cavalcanti (1997) salienta, a adaptação da produção a novos ritmos e espaços se ampliaram por conta da abertura dos novos mercados, isso enseja que as relações que envolvem capital e trabalho se redefinam, pois perseguir um padrão de qualidade exige uma organização eficiente entre tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos. Assim, a condição de se manter no mercado é o cumprimento do controle de qualidade impostos internacionalmente, o qual é cobrado dos trabalhadores desde a base da cadeia produtiva, trazendo à tona as relações de poder que a envolvem. Como exemplo, Cavalcanti & Dias (2015) apresentaram sua pesquisa sobre os padrões de qualidade de frutas para a exportação observaram que as relações locais são determinadas pelas relações globais e chamam a atenção para as alterações ocorridas “nas práticas culturais e nas relações de poder que merecem uma contínua investigação” (p. 281).

No município de Vacaria/RS são poucas as empresas que monopolizam o mercado exportador, uma vez que possuem uma estrutura produtiva verticalizada que compreende tarefas de produção de mudas, plantio de novos pomares, colheita da fruta, armazenamento, classificação da fruta em categorias de qualidade, embalagem e logística. Em geral, essas grandes empresas, além de produzir em pomares, compram as frutas de pequenos e médios produtores que se dedicam somente ao cultivo e à colheita, pois possuem grande capacidade de armazenamento da fruta em frigoríficos, com isso, conseguem agregar mais valor quando oferecem ao mercado a fruta fora de sua época. São quase 7 mil hectares de pomares de maçã cultivados em Vacaria/RS (IBGE, 2018), em que pelo menos metade deste território pertence a uma única empresa. Ao todo, o município analisado necessita de, pelo menos, 12 mil trabalhadores temporários para a atividade da colheita.

4.1 TRABALHADORES TEMPORÁRIOS INDÍGENAS: A GARANTIA DA REDUÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

A fase da colheita da maçã é a atividade da cadeia produtiva mais importante para a geração de capital. Para que a fruta possua um valor de mercado elevado, ela não poderá apresentar tamanho reduzido, nem coloração de baixa intensidade. Mas principalmente, o fruto não poderá ter sofrido nenhum dano mecânico. Isso significa dizer que, além dos fatores climáticos, depende dos trabalhadores que a fruta seja retirada do pé com cuidado, para que a maçã seja colhida com o pedúnculo (cabo que une a fruta ao pé), sem bater nas outras frutas e sem cair no chão. Caso contrário, o fruto perde a oportunidade de ser vendido *in natura* para passar a ser destinado à indústria, para a fabricação de sucos, geleias, etc., perdendo seu valor de mercado.

A cadeia produtiva da maçã possui fases bastantes complexas e não podem ser desmembradas para ser executadas em outras partes do mundo, como é possível fazer com outros tipos de cadeias produtivas. A cadeia de produção se fixa em um local e um dos custos mais consideráveis é a contratação de trabalhadores para a colheita. O valor do salário é determinado por convenção coletiva, intermediado pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Desde os anos 2000 vem aumentando a busca por mão de obra indígena, pois ela tem menos rotatividade do que a dos não indígenas, uma vez que eles se submetem aos ordenamentos do “cabeçante”, um indígena que chefia as turmas e que representa a autoridade do cacique. Isso significa dizer que o indígena executará todos os serviços do pomar que lhe forem demandados e não abandonará seu local de trabalho. Isso evita a perda de produção por parte da empresa.

Mesmo assim, as tentativas de reduzir os custos de produção por parte da empresa é latente. Dentro da formalidade, os trabalhadores deverão receber o salário determinado pela convenção coletiva para trabalhadores rurais mais o excedente de produção, ou seja, a cada bin^2 colhido, aumenta-se cerca de R\$ 25,00. Desse valor, R\$ 5,00 vai para o chefe de turma. O que estimula rapidez e longas jornadas de trabalho para se atingir metas. Na cidade de Vacaria/RS o valor do salário para trabalhador rural é de R\$ 1.270,00 e no estado do Mato Grosso do Sul é de R\$ 1.061,90. Certa vez, houve uma denúncia no MPT que mostrava que as carteiras de trabalho de cerca de 600 indígenas tinham sido assinadas com o valor do salário do Mato Grosso do Sul. Isso faria com que a empresa que contratou os indígenas deixasse de gastar, pelo menos, R\$ 124.860,00 com salários.

A fase da colheita para o empresário/produtor se refere a um conjunto de atividades que inclui o recrutamento, a contratação e a manutenção de trabalhadores no pomar que são trazidos de outros lugares do Brasil e de regiões de fronteira. A cidade que possui quase 70

² Uma baixa de madeira onde são colocadas as maçãs colhidas no pomar. Chega suportar até 350 Kg de maçãs.

mil habitantes passa a abrigar temporariamente, pelo menos, 12 mil pessoas a mais neste período. Além disso, nos últimos anos aumentou o recrutamento de indígenas das etnias Terena, Guarani Kaiowá e Kaingang para colheita da maçã, que implica na complexificação das relações sociais.

Primeiramente, a vinda desses trabalhadores migrantes temporários culmina, para o senso comum, no aumento da criminalidade na cidade. Para o poder público, essas pessoas necessitam de atendimento médico para além dos exames admissionais, e isso interfere no fluxo comum de atendimentos públicos para a população moradora. Ainda, há pessoas que trazem seus filhos pequenos, necessitando de atendimento nas escassas vagas das escolas infantis.

E eu lembro muito bem, por exemplo, que no período de safra que aumentava doze, até quinze mil pessoas a mais, nós tínhamos que inclusive fazer um horário específico, ou fazer um trabalho específico dentro da UPA, ou nas nossas unidades básicas de saúde para atender esse grupo social. Porque como, vamos dizer assim, a nossa saúde estava organizada em unidades básicas de saúde regionalizadas, que atendiam três, quatro bairros e aí quando vinha essa demanda maior, imagina você assim chegar na UPA, chegavam dois caminhões de trabalhadores na UPA lá com problema, comeram alguma coisa, fez mal, sabe? Então sai do teu planejamento, sai do teu script, então nós tínhamos que acabar fazendo todo um trabalho especial, não só na saúde, mas na assistência social, em outras áreas, a própria questão de escola. (...), então tinha essa demanda muito forte do setor, que muitas vezes não é entendido assim, mas o poder público acabava se envolvendo muito, principalmente na saúde e assistência social (Servidor público).

Quando os indígenas são trazidos do Mato Grosso do Sul não se dá a continuidade do tratamento de saúde que eles tem iniciado lá, pois muitos estão fazendo tratamento contra a tuberculose e, chegando em Vacaria/RS, eles interrompem, pois irão permanecer um período curto de tempo na lavoura e vão ganhar por produtividade. Isso significa dizer que o tempo deles na cidade deve ser dedicado somente ao trabalho, caso contrário, não valeria a pena sair de seu estado. Além disso, houve relatos de indígenas que passaram mal no local de trabalho e eram conduzidos para o hospital, onde se detectou diabetes. Além das brigas com facas e incêndios no pomar.

Até 15 mil pessoas chegam a vir para cá, para trabalhar. Então isso gera para nós da segurança pública, também uma grande diferença. Porque dentro desses 15 mil, tem as pessoas que realmente vem trabalhar, que vem levar dinheiro para casa, que está complicado de situação. Mas tem outros, que às vezes vem pra cá pra fugir. São indivíduos procurados, ou tem alguma ligação com o tráfico de drogas e isso a gente faz um acompanhamento. (...) a gente faz uma pesquisa dos nomes de cada funcionário.

Então nos primeiros anos, vários foragidos foram encontrados aqui. (...) E a gente faz o monitoramento desses indivíduos foragidos de outros estados e aqui do Rio Grande do Sul também. (...) Durante esses anos da operação colheita, (...), dentre essas 10 mil, 15 mil pessoas que vieram de fora, nós encontramos 69 foragidos. (...) E conseguimos fazer essas 69 prisões (servidor público da área de segurança pública).

Na tentativa de deixar os cidadãos vacarianos mais seguros, o poder público montou uma “operação colheita” que tem por finalidade apreensão de indivíduos que estão em desacordo com a lei. Além disso, na área da saúde, profissionais estão bastante alarmados pelo fato de terem registros do aumento de deficiências físicas e mentais nos últimos anos.

Isso demonstra como um único setor produtivo que está inclinado para exportações acaba mobilizando uma rede de serviços públicos para atender a essas demandas, muito próximo com aquilo que projetam as cadeias globais de valor: tornar os serviços dos Estados-nação à disposição das necessidades do mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cadeias globais de valor se apresentam como uma tendência de que, no futuro, ramos produtivos poderão desmembrar suas atividades em caixas pretas para serem executadas em diversas partes do mundo que possam oferecer vantagens competitivas e baixos custos de produção. A ideia é que se formasse um mundo integrado economicamente, a ponto de os países apenas investirem em serviços de que eles sejam especialistas.

Se o Brasil não tem condições de oferecer tecnologia, dentro desta perspectiva, não deveria investir neste ramo. Isso, na prática, significa que se considera força de trabalho como custo de produção e as tentativas de sua redução, significam baixa qualidade de vida para o trabalhador.

Embora a produção de maçãs no Brasil não possua a importância de outras commodities como já mencionado anteriormente, é importante salientar que esses comportamentos podem ser evidenciados nas ações dos agentes econômicos envolvidos nesta cadeia produtiva. Isto é, observou-se que o momento mais crucial para o produtor é a colheita de maçã, pois é nesse momento que se produzirá o capital de fato. Ao mesmo tempo, o custo para que esta tarefa se execute com êxito será muito elevado, no seu ponto de vista. Quando se trata de uma grande empresa, já está estabelecido um cálculo racional que inclui valor de multas como parte da redução de custos, ou seja, no caso do pagamento dos indígenas com o valor do salário do estado do MS foi uma ação racional tomada por um agente econômico que observou um ganho mesmo se submetendo a um risco. No entanto, custa muito mais para o

trabalhador que denuncia esta prática, uma vez que diminuem suas chances de ser recontratado na próxima safra.

Ao mesmo tempo, esta cadeia produtiva atrai um grande número de pessoas que possuem necessidades de atendimentos públicos básicos. A população moradora do local os vê como “intrusos, causadores de problemas” e o estranhamento se agrava quando se notam os indígenas, pois são vistos como “forasteiros protegidos do governo” que estariam usufruindo dos bens que deveriam ser dos cidadãos daquele município.

Importa ressaltar que esta pesquisa não se esgota com esses dados. Muitas outras abordagens se fazem necessárias.

REFERÊNCIAS

- Araujo, J. T. (2013). Fragmentação da produção e competitividade internacional: o caso brasileiro. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 115, 42-51.
- Baumann, R. (2015) Apresentação. In: OLIVEIRA, S. E. M. C. *Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá*. Brasília: FUNAG.
- BiernarckI, P., & Waldorf, D. (1981) Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research*, (10), 141-163.
- Cavalcanti, J. S. B. (1997). Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados*, 11(29), 79-93.
- Cavalcanti, J. S. B., & Dias, G. H. (2015). Cadeias globais de alimentos, redes de atores e qualidades na produção de frutas para exportação: elos entre Brasil e Alemanha. *Estudos de Sociologia*, 21(2), 279-310.
- Coase, R. (1937) The nature of the firm. *Economica*, 4(16), 386-405.
- Estevadeordal, A., Blyde, J., & Suominen, K. (2013). As cadeias globais de valor são realmente globais? Políticas para acelerar o acesso dos países às redes de produção internacionais. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 115, 6-25.
- FAO (2017). Dispõe sobre dados de produção mundial de maçãs. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>>. Acesso em: 25 ago 2018.
- IBGE. (20188). Traz informações sobre dados socioeconômicos de Vacaria. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 27 ago 2018.
- Markwald, R. (2013) Cadeias globais de valor: há amplo espaço para a ação das políticas públicas. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 115.
- Mazon, M. S., & Silva, L. (2017) Produzir maçãs, construir sentidos: gênese da pomicultura no sul do Brasil. *Estudos de Sociologia*, 22(43), 299-319.
- Oliveira, S. E. M. C. (2015) *Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: estratégias de inserção de Brasil e Canadá*. Brasília: FUNAG.

Raikes, P., Jensen, M. F., & Ponte, S. (2000) Global commodity chain analysis and the french filière approach: comparison and critique. *Journal Economy and Society*, 29, 390-417.

Scherer, A. L. F. (2014). Cadeias de valor e cadeias globais de valor. In: Conceição,

C. S., & Feix, R. D. (Orgs.). *Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de aglomerações produtivas locais*. Porto Alegre: FEE.

Silva, J. G. (1981) *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Hucitec.

Sturgeon, T., Gereffi, G., Guinn, A., & Zylberberg, E. (2013). O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 115, 26-b41.